



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Política Pública de Emprego e o Processo de Desenvolvimento Socioeconômico Regional no Contexto do Capitalismo Digital

Maristela Dumas¹

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza²

Resumo

O objetivo deste artigo é debater a relação trabalho e capital em tempos de tecnologias disruptivas e o processo de desenvolvimento socioeconômico regional no contexto do capitalismo digital. Esta é uma temática relevante e contemporânea para acadêmicos, políticos e gestores públicos por tratar da inclusão das populações, principalmente as mais vulneráveis, em modelos de desenvolvimento que busquem reduzir as desigualdades geradas pelo atual modelo econômico e garantir o acesso ao mercado de trabalho. A pesquisa parte de uma revisão bibliográfica e documental referente a política pública de emprego e avança sobre os conceitos de capitalismo e tecnologia. Utiliza a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) com recorte de análise nas capitais da Região Sul do Brasil e ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) selecionadas para a pesquisa, com referência nos anos 2012 e 2022. Os resultados pretendidos com o debate focam na pauta da política pública de emprego como decisiva no processo de desenvolvimento socioeconômico regional.

Palavras-chave: Política Pública de Emprego, Desenvolvimento Socioeconômico Regional, Capitalismo Digital.

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. Curitiba/Paraná, Brasil. maristela.dumas@hotmail.com.

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. Curitiba/Paraná, Brasil. malumeza@utfpr.edu.br.





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Public Employment Policy and the Regional Socioeconomic Development Process in the Context of Digital Capitalism

Summary

The objective of this article is to debate the relationship between work and capital in times of disruptive technologies and the process of regional socioeconomic development in the context of digital capitalism. This is a relevant and contemporary theme for academics, politicians and public managers as it addresses the inclusion of populations, especially the most vulnerable, in development models that seek to reduce inequalities generated by the current economic model and guarantee access to the job market. The research starts from a bibliographical and documentary review regarding public employment policy and advances on the concepts of capitalism and technology. It uses the Annual List of Social Information (RAIS) database with analysis in the capitals of the Southern Region of Brazil and occupations from the Brazilian Classification of Occupations (CBO) selected for the research, with reference to the years 2012 and 2022. The results intended for the debate focus on the public employment policy agenda as decisive in the process of regional socioeconomic development.

Keywords: Public Employment Policy, Regional Socioeconomic Development, Digital Capitalism.

1 Introdução

O desenvolvimento regional é pauta de debate constante no meio acadêmico e, da mesma forma, para políticos e gestores públicos, exigindo uma capacidade de análise e proposições sobre o tema cada vez mais assertiva. O avanço





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

da tecnologia, em especial, com o surgimento de tecnologias disruptivas, se insere em um contexto socioterritorial a ser estudado quando se busca pela inclusão das populações, principalmente as mais vulneráveis, em modelos de desenvolvimento orientados para reduzir as desigualdades geradas pelo atual modelo econômico e garantir o acesso ao mercado de trabalho.

Tal complexidade pode ser dimensionada em Perez (2024) que sugere encarar a mudança técnica, não como um fenômeno de engenharia, mas como um processo social complexo que envolve fatores técnicos, econômicos, sociais e institucionais numa malha de interações sociotécnicas. Para a autora, as consequências sociais de cada transição são vastas e profundas. Envolvem desemprego generalizado, a obsolescência das qualificações a todos os níveis, a destruição dos meios de subsistência de muitos, o deslocamento geográfico de pessoas e atividades, o crescimento de riqueza rápida num extremo e de pobreza crescente no outro extremo, dentro de cada país e entre regiões e países.

Quanto ao capitalismo, Paula (2020) o considera como um sistema econômico, pois engloba o tipo de propriedade, a gestão da economia, os processos de circulação das mercadorias, o consumo e os níveis de desenvolvimento tecnológico e de divisão do trabalho.

Neste contexto, debateremos no presente artigo, a relação trabalho e capital em tempos de tecnologias disruptivas e o processo de desenvolvimento socioeconômico regional no contexto do capitalismo digital. Com recorte específico na política pública de emprego. Refletindo em como esta vem sendo afetada pelas mudanças tecnológicas e quais impactos socioeconômicos podem ser observados e estudados no desenvolvimento urbano. Esta análise permite um aprimoramento da



prática e da teoria sobre a intervenção do Estado visando o desenvolvimento regional.

A metodologia utilizada na pesquisa parte de uma revisão bibliográfica e documental da política pública de emprego e avança sobre os conceitos de capitalismo e tecnologia. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é utilizada em recorte de análise das capitais da Região Sul do Brasil para levantamento quantitativo de trabalhadores em cada Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) das profissões selecionadas, com referência nos anos 2012 e 2022 para trazer argumentos sobre o impacto da tecnologia sobre as ocupações quer positivamente ou negativamente.

O artigo está organizado em quatro seções. Além dessa introdução, na segunda é apresentada a literatura recente sobre a política pública de emprego e o capitalismo digital, com objetivo de mostrar a atualidade do tema e os desafios que desdobram a partir deste debate. Na terceira tratamos da RAIS e exibimos o recorte de profissões selecionadas e os dados a elas relacionados. Na última seção a abordagem recai sobre o desenvolvimento socioeconômico regional. Por fim, são apresentados os resultados, discussões e sugestões de estudos futuros.

2 A Política Pública de Emprego no Contexto do Capitalismo Digital

Um dos marcos legais da política pública de emprego é o Sistema Nacional de Emprego (SINE) criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975, que se propõe a reunir as políticas públicas de emprego, trabalho e renda (Borges, 2018).



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Segundo Brasil (2023) o Ministério do Trabalho e Emprego, órgão da administração pública federal direta, tem como áreas de competência relacionadas ao debate deste trabalho, os seguintes assuntos:

- (i) política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
- (ii) intermediação de mão de obra e formação e desenvolvimento profissionais;
- (iii) produção de estatísticas, estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho para subsidiar políticas públicas;
- (iv) políticas de enfrentamento às desigualdades no mundo do trabalho;
- (v) políticas voltadas para a relação entre novas tecnologias, inovação e mudanças no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes.

Em um estudo que discute as políticas públicas de emprego no Brasil, Azeredo e Ramos (1995), ao caracterizarem as políticas de emprego apontam que quando se analisam tais políticas, o universo é restrito. Em termos da literatura internacional, são incluídos nas políticas de emprego dois tipos de instrumentos ou medidas: as passivas e as ativas.

As políticas passivas consideram o nível de emprego (ou desemprego) como dado, e o objetivo é amparar financeiramente o trabalhador desempregado ou reduzir o "excesso de oferta de trabalho". Os instrumentos clássicos destas políticas são: seguro-desemprego e/ou indenização aos desligados, adiantamento da aposentadoria, expulsão de população, redução da jornada de trabalho, etc. Diferentes desse tipo de instrumento, as políticas ativas visam desempenhar um





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

efeito positivo sobre a demanda de trabalho. Os instrumentos clássicos desse tipo de política são: a criação de empregos públicos, a formação e reciclagem profissional, a intermediação de mão de obra, a subvenção ao emprego e, em geral, as medidas que elevem a elasticidade emprego-produto (Azevedo; Ramos, 1995).

A legislação trabalhista brasileira estabelece uma série de diretrizes para a operacionalização desta política pública, porém existem elementos adicionais a considerar entre a demanda por trabalho e a efetiva geração de renda. Dentre estes, apontamos o capitalismo digital que agrega uma gama de elementos complexos, advindos de novos modos de produção no trabalho com o uso de tecnologia, em uma trama que reflete no acesso ao emprego pela população, em especial neste debate a população de vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade social não apresenta significado único e consolidado na literatura. Azevedo (2016) aponta que a vulnerabilidade social, seria uma forma de analisar desvantagens sociais para além da renda. De forma geral, as abordagens que o autor elenca visam mensurar o que indivíduos, comunidades e regiões têm ou não – seus ativos, especialmente focados na noção de capitais físico, financeiro, humano e social – que as podem caracterizar como susceptíveis à pobreza, à marginalidade, à exclusão social e aos déficits de desenvolvimento.

Como desvantagem social para além da renda, que afeta indivíduos, famílias e territórios, aqui destacamos a vulnerabilidade referente ao trabalho, que gera implicações financeiras e exige resiliência das pessoas no mundo do trabalho.

Para Bezerra (2024) não surpreende que, ao lado da excitação geral com as infinitas possibilidades de aplicação de processos de inteligência artificial no mundo





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

do trabalho, seja possível notar uma apreensão em diversos setores profissionais com as possibilidades de substituição de trabalho automatizado.

O autor acrescenta que em 2023, a popularidade do *Chat GPT-4* (*Generative Pre-trained Transformer*), veio acompanhada de um temor de professores, tradutores, compositores, estagiários de direitos, profissionais de marketing e outras ocupações passíveis de substituição. Destacando que é possível concluir que um robô pode tomar o trabalho das pessoas, mas segundo o autor, a culpa não é da tecnologia, e sim da forma como ela é empregada no sistema capitalista.

Esta forma de empregar a tecnologia no sistema capitalista, considerando os ganhos de capital e os interesses de empresários sugere afetar sobremaneira a vida do cidadão.

A forma como a tecnologia é empregada no sistema capitalista é identificada, por exemplo, nas costureiras e costureiros, que desde o século XIX prestam serviços usando suas próprias máquinas de costura, juntam-se aos motoristas com seus próprios carros comprados a prazo, que vendem sua força de trabalho para plataformas que não possuem carros, bem como entregadores que prestam serviços a aplicativos de entrega de empresas que não possuem nem entregadores nem veículos de entrega, que disponibilizam tais serviços em suas plataformas sem precisar passar por um processo formal de contratação, extraíndo seu lucro da intermediação entre o consumidor e comprador, seja de bens ou serviços (Bezerra, 2024).

No que diz respeito ao mercado de trabalho brasileiro, as grandes transformações pelas quais este vem passando nas últimas décadas refletiram-se diretamente em sua estrutura ocupacional. Enquanto várias ocupações simplesmente desapareceram, ou estão a caminho disso, outras vêm sofrendo uma reestruturação de suas funções, que leva à





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

definição de novos perfis profissionais. Esse processo está associado, como já foi visto, às modificações tecnológicas ocorridas na economia, inclusive aquelas que afetam a organização do trabalho dentro de empresas públicas e privadas (Nozoe; Bianchi; Rondet, 2003, p. 237-238).

Segundo Nozoe, Bianchi e Rondet (2003) o mundo das ocupações é complexo e altamente dinâmico, permanentemente afetado pelo contexto social e econômico mais amplo e, ao mesmo tempo, capaz de afetar esse próprio contexto. Em geral, estão sendo presenciadas mudanças cuja natureza não é autoevidente, mas cuja direção é importante entender para a definição de políticas públicas adequadas.

Para Paula (2020) em cada época, à medida em que o capitalismo vai se tornando complexo e suas contradições inerentes explicitam crises e mudanças, a forma de como ele vai sendo definido também se altera. Definindo o capitalismo como um sistema dinâmico. É evidente que ele também é desigual e produtor de miséria. Por isso, a tentativa de se compreender em sua totalidade.

3 Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Base de Dados

Com base em BRASIL (2024b) a gestão governamental do trabalho conta com o instrumento de coleta de dados denominado RAIS. Instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/1975 e regida pelo Decreto nº 10.854, de 10/11/2021, a RAIS tem dentre seus objetivos: o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País e o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho.

A base de dados da RAIS é originária dos registros administrativos do Ministério do Trabalho utilizados para acompanhar a arrecadação de contribuições e a distribuição de benefícios previstas na legislação trabalhista. A RAIS representa,





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

praticamente, um censo anual do mercado formal brasileiro, na medida em que todas as organizações legais (privadas e públicas) são obrigadas a declará-la (Negri et al, 2001).

Negri et al (2001) acrescenta que o tratamento aplicado aos dados dos estabelecimentos e aos vínculos empregatícios permite sua desagregação no âmbito do município, de subatividades econômicas e de ocupações. Estas informações estão disponíveis conforme o estoque (número de empregos) e a movimentação de mão-de-obra empregada (admissões e desligamentos), por gênero, faixa etária, grau de instrução, rendimento médio e faixas de rendimentos em salários mínimos, sendo possível, também, construir dados sobre a massa salarial.

Nos filtros da RAIS podemos selecionar diversas ocupações. Com o passar dos anos o que se observa é uma mudança com o surgimento de novas profissões, fato que acaba por limitar e diminuir a contratação em frentes de trabalho antes utilizadas nas organizações legais privadas e públicas.

Com base na RAIS, utilizamos para exemplificar tais apontamentos, o recorte de análise nas capitais da Região Sul do Brasil e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de cargos selecionados para a pesquisa, com referência nos anos 2012 e 2022. A pesquisa na referida base de dados foi realizada e compilada em abril de 2024.

A tabela abaixo, apresenta esta seleção de dados das capitais da Região Sul do Brasil e sintetiza algumas profissões que apresentam acréscimo e decréscimo no número de contratações no mercado de trabalho, na RAIS, conforme segue:



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Tabela - Comparativo Capitais Região Sul do Brasil na RAIS

Capital	CBO - 2012 Programador de Sistemas de Informação	CBO - 2022 Programador de Sistemas de Informação	CBO - 2012 Gerente de Projetos de Tecnologia da Informação	CBO - 2022 Gerente de Projetos de Tecnologia da Informação
Porto Alegre - RS	2.236	4.306	232	651
Curitiba - PR	1.719	2.449	210	598
Florianópolis - SC	1.766	2.612	55	311
Total	5.721	9.367	497	1.560

Capital	CBO - 2012 Operador de Telemarketing Ativo	CBO - 2022 Operador de Telemarketing Ativo	CBO - 2012 Cobrador de Transportes Coletivos	CBO - 2022 Cobrador de Transportes Coletivos
Porto Alegre - RS	1.453	846	3.577	1.817
Curitiba - PR	2.193	1.283	3.689	2.191
Florianópolis - SC	1.771	1.203	1.512	421
Total	5.417	3.332	8.778	4.429

Elaboração das autoras. Ministério do Trabalho e Emprego, 2024b.

Destacamos que não apenas estas profissões apresentam padrão de mudança nas contratações, porém outras podem ser consultadas no mesmo filtro, na base de dados utilizada como referência para este estudo, corroborando com os apontamentos sobre profissões apresentados pelos autores citados na pesquisa.

Os resultados alcançados indicam que, no período compreendido entre 2012 e 2022, houve uma mudança na dinâmica de contratações considerando a relação trabalho e tecnologia. O operador de telemarketing sofreu com o avanço da tecnologia na medida em que seu trabalho passou a ser executado por inteligência artificial por intermédio de contatos automatizados com clientes. De forma semelhante o cobrador de transporte coletivo teve seu trabalho substituído por cobranças automatizadas com cartões transporte.



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Neste contexto, para Cavalcante (2020) a crescente substituição dos modos tradicionais de trabalho pelas implementações tecnológicas, criam o chamado “desemprego tecnológico” com a extinção de empregos em alguns setores da economia.

Rocha (2012) acrescenta ao debate que em se tratando da atual estrutura da indústria brasileira existe uma baixa capacidade de reação quanto aos efeitos do desemprego tecnológico, principalmente aquele que é resultado da evolução da nova onda de automação industrial. As grandes empresas brasileiras possuem escala operacional e capacidade financeira para assimilar as novas tecnologias produtivas, em sua maioria poupadoras de mão de obra, através da compra de equipamentos, máquinas, ferramentas e sistemas de automação.

4 Desenvolvimento Socioeconômico Regional

O Decreto nº 11.962 de 22 de março de 2024 representa o marco mais recente sobre o tema do desenvolvimento regional, pois dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Seu Art. 1º aponta que a finalidade da PNDR é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população (Brasil, 2024a).

Pesquisar em desenvolvimento regional em abordagem territorial como referência fundamental, segundo Dallabrida, Rotta e Büttendbender (2021) é conceber o território como uma construção social resultante de acúmulos que se expressam contemporaneamente nas dimensões social, econômica, natural, cultural,





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

institucional, humana e intelectual, as quais constituem o patrimônio territorial. Portanto, a abordagem territorial do desenvolvimento atende a um propósito central de ser uma alternativa de superação de análises de recortes espaciais, sejam elas rurais ou urbanas, além de apresentar-se como uma condição para a realização de estudos que assumam a perspectiva interdisciplinar, multidimensional, multiescalar, da totalidade e da complexidade.

Nesta perspectiva os impactos sentidos nos territórios, em especial, no desenvolvimento socioeconômico das cidades estudadas sob a ótica da supressão de profissões apontam para uma questão de estudo multidimensional e complexa. Que afeta não somente as relações e formas de contratação na política pública de emprego, mas também a condição socioeconômica da população e das cidades. Condição esta que produz efeitos, por consequência, no desenvolvimento socioeconômico regional.

Esta adversidade pode representar maior vulnerabilidade, um processo de mudança no qual as pessoas podem se mover para dentro e para fora da pobreza. No entendimento proposto por Esteves (2012) houve merecida atenção do Direito para consignar na espécie normativa do inciso XXVII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil o comando “proteção”, assim a proposição jurídica a ser trabalhada é esta: “Dada a automação, tem-se a proteção, na forma da lei”.

Proteger indivíduos e famílias da automação pode evitar que estes acessem programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Proteger os territórios pode significar um desenvolvimento socioeconômico das regiões estudadas. O debate sobre desenvolvimento recai também sobre o papel do Estado enquanto





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

provedor de políticas públicas efetivas que se antecipem ao rápido avanço das tecnologias disruptivas.

A tecnologia inteligente substitui cada vez mais mesmo os trabalhadores com qualificações elevadas. Os grandes avanços na inteligência artificial, veículos guiados por computador, robótica, nanotecnologia podem provocar desemprego e levar a uma ruptura em larga escala. Trata-se de uma evolução inevitável derivada da revolução tecnológica permanente. Numa outra perspectiva, não é a tecnologia, mas são os fatores institucionais e as políticas (macroeconômicas, fiscal, de mercado de trabalho) que levam à polarização e ao aumento das desigualdades (Kovács, 2016, p.16).

Para promover desenvolvimento urbano diante de tal evolução inevitável, será exigido do poder público um planejamento urbano direcionado a implementação de políticas públicas que gerem ações efetivas na melhoria da qualidade de vida da população e minimize os impactos da atividade humana sobre o ambiente para assegurar a sustentabilidade urbana, o que envolve decisões que impactam o sistema metrópole/cidade (Silva; Cândido, 2020).

Rocha (2021) afirma que a redução do *trade off* entre progresso tecnológico e emprego exige a criação de um conjunto de instrumentos para a requalificação constante da mão de obra, mas também requer avançar na adequação da estrutura produtiva brasileira às atividades com menor tendência ao desemprego tecnológico. É necessário ampliar as relações de cooperação entre instituições de pesquisa (P&D) e empresas, e aproximar essas instituições dos complexos produtivos locais como forma de facilitar o aprimoramento de aplicações desenvolvidas de forma específicas para produtos e processos produtivos.



5 Resultados e Discussões

As análises decorrentes da revisão bibliográfica e documental somadas à análise da base de dados RAIS evidenciam que estamos diante de uma mudança de paradigma, entendido aqui como uma mudança na política pública de emprego após os avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas.

Os resultados alcançados através da base de dados RAIS indicam um aumento no número de contratações de algumas ocupações em que o uso da tecnologia está presente em detrimento de outras que não apresentam a mesma característica. A preocupação do estudo reside na possibilidade de indivíduos e/ou famílias, em decorrência deste processo de desenvolvimento ficarem sem trabalho, gerando assim perdas financeiras que podem inclusive culminar no acesso à programas de transferência de renda.

O reconhecimento de tais vulnerabilidades permite adequar a proteção do Estado ao novo momento que a sociedade vivencia, pensando políticas públicas com intervenções focadas nas atuais demandas dos cidadãos.

Contribuições acerca das dinâmicas socioeconômicas nos territórios estão relacionadas ao papel do Estado na proposição de políticas públicas de emprego efetivas que considerem a influência capitalista no uso da tecnologia, em especial para o público de vulnerabilidade social.

É necessário antecipar as características do próximo paradigma tecnológico na busca pela redução do impacto do desemprego tecnológico na estrutura ocupacional, realocando e requalificando mão de obra, estimulando pesquisa científica na área, através da alocação de recursos, aqui entendidos como o financiamento de políticas públicas, fortalecendo as capacidades das pessoas de

manejarem seus próprios destinos, mesmo em períodos de crise, de modo a reduzir sua vulnerabilidade.

Pesquisas futuras, poderiam focar em quais capacidades técnicas os trabalhadores precisam ser qualificados na era do capitalismo digital para manter qualidade de vida, evitar o aumento da pobreza e desenvolver socioeconomicamente as regiões. Ademais, estudos futuros por gênero, faixa etária e/ou grau de instrução na RAIS podem trazer dados relevantes na proposição de políticas públicas nesta esfera.

6 Referências

AZEREDO, B.; RAMOS, C. A. *Políticas Públicas de Emprego: Experiências e Desafios*. Planejamento e Políticas Públicas nº 12 – Jun/Dez de 1995.

AZEVEDO, N. T. *A vulnerabilidade social em tempos de acumulação flexível: uma contribuição para o debate no campo socioambiental*. DMA. Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFPR. Vol. 38, agosto 2016. DOI: 10.5380/dma.v38i0.45131.

BEZERRA, A. C. *Tecnologia e trabalho precarizado: crítica da economia política do capitalismo digital*. O Social em Questão - Ano XXVII - nº 58 - Jan a Abr/2024.

BORGES, M. A. *Sistema Nacional de Emprego: uma agenda de revitalização e novos cenários com a tecnologia da informação*. In: MORETTO et al (Org.). *As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.

BRASIL. *Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.962-de-22-de-marco-de-2024-549865340>. Acesso em: 20/08/2024 às 20h30min.



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

BRASIL. *Relação Anual de Informações Sociais - RAIS*. Ministério do Trabalho e Emprego. 2024b. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>. Acesso em: 25/03/2024 às 20h51min.

CAVALCANTE, J. Q. P. *O desemprego tecnológico*. Enciclopédia Jurídica da PUCSP, tomo7: direito do trabalho e processo do trabalho / coords. Pedro Paulo Teixeira Manus e Suely Gitelman. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. *Pressupostos Epistêmico-Teóricos Convergentes com a Abordagem Territorial*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR. V. 17, N. 2, P. 256-273, mai-ago/2021. Taubaté, SP, Brasil.

ESTEVES, A. S. *Proteção do trabalhador em face da automação: eficácia jurídica e social do inciso XXVII do artigo 7º da constituição brasileira*. Dissertação apresentada ao mestrado em Direito no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas. Maceió/Alagoas 2012.

KOVÁCS, I. *Os avanços tecnológicos e o futuro do trabalho: debates recentes*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa. Atas do XVI ENSIOT, 2016, pp. 10-23.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Bases estatísticas RAIS e CAGED*. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em 26/03/2024 às 14h30min.

NEGRI, J. A.; CASTRO, P. F.; SOUZA, N. R.; ARBACHE, J. S. *Mercado Formal de Trabalho: Comparação entre os Microdados da RAIS e da PNAD*. IPEA. Texto para Discussão nº 840. 2001. ISSN 1415-4765.

NOZOE, N. H.; BIANCHI, A.M.; RONDET, A. C. A. *A nova classificação brasileira de ocupações: anotações de uma pesquisa empírica*. São Paulo em Perspectiva, 17(3-4), p. 234-246, 2003.

PAULA, R. Z. A. *Capitalismo: definições*. São Luís: EDUFMA, 2020.





Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

PEREZ, C. (2004). *Technological revolutions, paradigm shifts and socio-institutional change*. Globalization, Economic Development, and Inequality: An Alternative Perspective, 217-242.

ROCHA, M. A. *Indústria 4.0 e desemprego tecnológico na manufatura brasileira: Propostas de políticas*. RBEST Rev. Bras. Eco. Soc. Trab. / BJSLE Braz. J. Soc. Lab. Econ., Campinas, v. 3, e021019, 2021 – ISSN 2674-9564.

SILVA, M. F.; CÂNDIDO, G. A. *Políticas públicas, planejamento e geração do desenvolvimento urbano sustentável: Importância e múltiplas formas de interações*. Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais, v. 11, n.3, p. 332-348, 2020.

